

Garagens elevam custo da nova sede do Governo a R\$ 6 bilhões

Revisão de despesas da execução do projeto aumentam valor final em 29%

O investimento previsto para a construção do novo centro administrativo do Governo do Estado de São Paulo foi revisado e alcançou R\$ 6,09 bilhões. O valor representa aumento de R\$ 1,3 bilhão em relação à estimativa apresentada após a conclusão dos primeiros estudos técnicos do projeto, ainda em 2024. A principal alteração responsável pela elevação do custo foi a ampliação das áreas destinadas a estacionamento, além de revisões nos gastos com desapropriações e intervenções urbanas na região central da capital paulista.

A proposta prevê a instalação do complexo no entorno do Parque Princesa Isabel, no bairro Campos Elíseos, na região central de São Paulo. O projeto será executado por meio de parceria público-privada. O leilão para definir o consórcio responsável pela construção e gestão dos edifícios está marcado para ocorrer na B3. Participam da disputa os consórcios Acciona-Construcap e MEZ-RZK Novo Centro.

A modelagem prevê que o Estado invista R\$ 3,4 bilhões nos primeiros quatro anos da obra, enquanto o parceiro privado deverá aportar R\$ 2,7 bilhões. A execução das torres administrativas tem duração estimada em cinco anos. Após a entrega, caberá ao consórcio vencedor realizar a gestão predial, incluindo serviços de segurança, limpeza,



Projeção do Novo Centro Administrativo na cidade de São Paulo prevê sete edifícios

manutenção e operação das instalações, durante 30 anos.

Contrapartida do Governo do Estado

Como contrapartida, o governo paulista pagará uma remuneração mensal que pode chegar a cerca de R\$ 76 milhões, corrigida pela inflação. O critério de julgamento do leilão será o maior desconto oferecido sobre essa contraprestação. Inicialmente, o pagamento mensal havia sido estimado em aproximadamente R\$ 65 milhões,

mas o reajuste no valor global do projeto impactou a projeção.

Entre as mudanças técnicas, destaca-se a ampliação da garagem subterrânea. O projeto passou a prever três pavimentos abaixo do nível do solo, com a inclusão de dois subsolos adicionais em relação à proposta original. A decisão foi tomada após contribuições recebidas na fase de consulta pública, quando houve manifestações sobre a necessidade de manter proporção semelhante à atual de vagas destinadas a servidores.

Transferência de funcionários

A expectativa é transferir cerca de 22 mil funcionários para o novo complexo. Na configuração inicial, a proporção de vagas por servidor seria reduzida de forma significativa, o que gerou preocupações sobre possíveis impactos na mobilidade do entorno. Apesar de a área ser atendida por linhas de ônibus, trem e metrô, a ampliação do estacionamento foi incorporada ao edital.

Além das alterações estruturais no Projeto, o custo final

também foi influenciado pela reavaliação das despesas com desapropriações, serviços de engenharia e atualizações monetárias. Só para se ter uma ideia, entre dezembro de 2024 e julho de 2025, os valores foram corrigidos com base nos índices oficiais de inflação e de custos da construção civil, conforme exigência da modelagem contratual.

Revisões de valores

Especialistas apontam que revisões de valores são recorrentes em projetos de grande porte estruturados como parceria público-privada, sobretudo após etapas de consulta pública e consolidação dos estudos técnicos. Segundo o governo estadual, a proposta arquitetônica escolhida prioriza padrões construtivos considerados adequados para a durabilidade e a funcionalidade do complexo ao longo das próximas décadas.

Reunião de órgãos públicos

A iniciativa de transferir a sede administrativa do Governo para o centro da cidade de São Paulo integra a estratégia de requalificação urbana da região e de concentração de órgãos públicos, que estão atualmente dispersos em diferentes imóveis e regiões da capital paulista.

Com informações da Folha de S.Paulo.

CPI da Íris ouve executivo da empresa Tools For Humanity

Lucas Bassi | REDE CÂMARA SP

A Comissão Parlamentar de Inquérito da Íris realizou novo depoimento do chefe de operações da Tools For Humanity no Brasil, Rodrigo Tozzi. A empresa é responsável pelo projeto World ID, que utiliza o escaneamento da íris como forma de identificação digital.

Tozzi já havia prestado esclarecimentos à comissão em agosto do ano passado. Na ocasião, afirmou que a companhia não armazena dados biométricos e que não há comercialização das informações coletadas. Segundo ele, o sistema registra apenas um código criptografado, mantido em servidores administrados por universidades parceiras, com a finalidade de comprovar a identidade humana dos usuários.

Durante a sessão, o executivo reiterou essas declarações. Parlamentares questionaram os interesses da empresa no país, citando relatos sobre apresentações institucionais



A empresa faz escaneamento da íris como identificação

realizadas em órgãos públicos. Tozzi informou que as exposições tiveram caráter técnico e institucional.

A relatoria também questionou o modelo de terceirização adotado no Brasil e a eventual responsabilização jurídica em caso de problemas. O representante afirmou que

a prática segue padrão internacional da empresa, mas não detalhou como se daria a responsabilização.

Integrantes da CPI avaliaram que há interesse comercial relacionado ao uso da tecnologia e discutiram possíveis riscos quanto à reversão da anonimização dos dados.

CPI da Habitação cobra empresas do setor

A CPI da Habitação de Interesse Social (HIS), instalada na Câmara de SP para apurar possíveis irregularidades na produção e comercialização de moradias populares, aprovou sete requerimentos durante reunião realizada nesta semana. As medidas incluem intimações de representantes de empresas do setor imobiliário e solicitações de informações.

Estavam previstos depoimentos de representantes das plataformas Airbnb, QuintoAndar e Booking.com. Os convidados não compareceram, mas enviaram justificativas formais à comissão.

O presidente da CPI, vereador Rubinho Nunes (UNIÃO), afirmou que o colegiado avalia medidas para garantir a presença dos convocados nas próximas sessões. Segundo ele, algumas das empresas citadas são mencionadas em denúncias relacionadas ao possível descumprimento das normas

que regem a política de HIS.

O vereador Isac Félix (PL), integrante da comissão, também manifestou preocupação com as ausências e indicou que poderão ser adotadas providências regimentais, incluindo condução coercitiva, caso os representantes não atendam às convocações.

Dos sete requerimentos aprovados, cinco são de autoria do presidente da CPI e tratam de intimações e pedidos de esclarecimento a empresas investigadas. Outros dois foram apresentados pela vereadora Silvia da Bancada Feminista (PSOL). Um deles solicita informações à construtora Magik JC sobre empreendimentos HIS e HMP realizados entre 2014 e 2025. O outro requer dados à Secretaria da Fazenda sobre operações envolvendo HIS.

A CPI quer ouvir, nas próximas reuniões, representantes das incorporadoras Cyrela e Lavvi.